

“Cassar e caçar”: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande

Joabe Barbosa Aguiar

Mestre em História e professor da Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel – PB

RESUMO

Dentre as possibilidades temáticas em que a história nos permite debruçar, pretendemos analisar os resquícios do golpe civil-militar de 1964 durante as festas de comemoração do Centenário de Campina Grande (1964). Pretendemos investigar como os militares, desde os primeiros dias, passaram a “cassar e caçar”, apontando as singularidades do golpe em solo campinense. Adotamos como fonte de pesquisa o jornal *Diário da Borborema* e alguns documentos iconográficos. Quanto ao método de pesquisa, trilhamos pela análise das falas, das impressões e das observações produzidas do contato com nossas fontes, sempre com a preocupação de ir além do meramente escrito, no sentido de compreender seus discursos como resultantes das relações de poder.

Palavras-chave: Perigo vermelho; golpe militar; centenário de Campina Grande.

ABSTRACT

Among the thematic possibilities that history allows us to address, we intend to analyze the remains of the 1964 civil-military coup during the celebration of the centenary celebrations of Campina Grande (1964). We intend to investigate how the military since the early days came to “revoke and hunt,” pointing the singularities of the coup in campinense soil. We adopt as a research source the *Borborema Daily* newspaper and some iconographic documents. As for the research method, tread the analysis of the speeches, produced impressions and observations of contact with our sources, always with a view to go beyond the merely written, in order to understand his speeches as a result of power relations.

Keywords: Red danger; military coup; centenary of Campina Grande.

Da união de Zeus e de Mnemósine, nasceram nove musas, personificando as artes e as ciências. Clio é uma delas, a musa grega da História. Representada por uma jovem com uma coroa de louros e um pergaminho nas mãos, ela é, frequentemente, acompanhada por um baú de livros.

Evocada por seus “discípulos” no mundo terreno - os historiadores - Clio, ao longo do tempo, vestiu-se e transvestiu-se, foi adornada “metodicamente” para narrar os fatos do Estado; viveu nos acampamentos militares descrevendo as guerras, os feitos dos grandes homens; desceu ao oceano dos seus domínios para enxergar as

“profundezas” do fato, e não, apenas, as espumas das coisas; tinturaram em seu nome formas esqueléticas e paisagens enegrecidas (Aranha, 1998/99, p. 49 e 50); rejuvenesceu com os ares da França e ganhou o status de *La nouvelle histoire* (Burke, 1997).

Enfim, continuamos nós, historiadores, rabiscando e/ou digitando, de uma maneira poética, as vestimentas, os adornos e as linhas que formam a imagem de nossa musa, a História. Entre os campos e os domínios de Clio, a dimensão do político nos atraiu. O encantamento dos palcos, a espetacularização, as resistências à sedução do poder, o teatro político e suas teias de significados, construindo uma gramática de práticas e sentimentos. Vista por esse ângulo, nossa caça humana, para falar com Marc Bloch, neste artigo, são as tramas do poder, que envolveram homens e mulheres durante o golpe civil-militar em Campina Grande (1964).

Quando as águas de março atingiram a política nacional, a cidade de Campina Grande vivia em plena lua de mel: nos primeiros meses da gestão do Prefeito Newton Rique e, talvez, mais preocupada com os preparativos da festa do centenário¹ do que com a crise que assolava o governo de João Goulart.

A historiografia brasileira² tem se debruçado com ênfase nos motivos e nas complexidades que desencadearam na marcha dos “Senhores das Gerais”, em março de 1964, principalmente na contemporaneidade, envolto nos 50 anos do golpe. Alguns pesquisadores apontam para a fragilidade da base aliada ao Presidente João Goulart; outros apontam para o clima de beligerância entre a corrente mais radical do governo, liderada por Leonel Brizola, e a oposição, encabeçada pela União Democrática Nacional (UDN). A crise econômica e o interesse do capital estrangeiro não podem ser descartados, assim como a propaganda anticomunista deflagrada pela Igreja Católica e por setores da classe média urbana. Outros apontam que a conspiração que derrubou o presidente partiu dos salões da Casa Branca, com a intervenção americana. Foram tramas, conspirações e conjunturas que desencadearam na queda, 19 anos depois, do regime democrático no Brasil.

¹ Em 1964, Campina Grande se preparava para comemorar o primeiro centenário: a festa corresponderia ao centenário de sua emancipação política, quando passou ao status de cidade em 1864. De acordo com Câmara (2006, p. 83), foi a quinta vila do interior da Paraíba a ser elevada a essa categoria. AGUIAR, Joabe B. *Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960 – 1964)*.

² A historiografia brasileira sobre o golpe militar de 1964 é bem ampla, vale destacar os trabalhos de TOLEDO (1997), AARÃO REIS FILHO (2000), D’ARAÚJO (1994), FERREIRA (2003), assim como a historiografia paraibana com os trabalhos de CITTADINO (2006) e (1998), MELLO, GUEDES, BARBOSA, OLIVEIRA e NÓBREGA (1994), SYLVESTRE (1988).

Compreendemos que a conjuntura pré-Golpe civil-militar beneficiou a manipulação de alguns simbolismos permeados também na cidade de Campina Grande, em torno da ideia dicotômica “de bem e de mal” – nacionalistas ou militares e os comunistas. A representação do comunismo para a sociedade foi sempre baseada em analogias negativas, segundo Capelato (2009), através da verticalidade, representando as profundezas das trevas, da invocação de um bestiário exemplificado por répteis repulsivos, rastejantes, viscosos, por doenças do organismo humano, como vírus, tumor e câncer, forjando no imaginário social³ uma simbologia do mal acerca do comunismo.

Essa simbologia criou raízes na conjuntura política e social no Brasil⁴: o anticomunismo foi pedra de toque para a instalação do Estado Novo varguista e, mesmo depois dos anos de redemocratização, não se enterrou a ideia de *perigo vermelho*, de *comunização do país*.

O medo da comunização do Brasil e de Campina Grande apareceu em momentos-chave de nossa história política: no governo Vargas, principalmente depois da “intentona comunista” de 1935, durante o período do Estado Novo, no pós-guerra, com a polarização do mundo em dois blocos (os capitalistas, capitaneados pelos Estados Unidos, e os comunistas, liderados pela União Soviética) e nos conturbados anos 60, com a radicalização da política nacional. Em Campina Grande, o *perigo vermelho* foi erradicado das eleições municipais de 1963 com a cassação do registro de candidatura de José Pereira dos Santos, “o Peba”, e de seu vice, Manoel Monteiro, ambos, naquele momento, recém-filiados ao Partido Socialista Brasileiro, porém, com “fama de comunistas”. A dinâmica política produzia e designava os desviados (Comunistas), a fim de servir à causa da ordem.

Alguns setores da sociedade campinense manipulavam e alimentavam essa simbologia: a Igreja Católica, alguns intelectuais, a mídia, enfim, setores que detinham o poder da fala. O jornal *Diário da Borborema* (03 Ago. 1963, p. 02) divulgava, em suas

³ Imaginário diz respeito a todas as construções coletivas de interpretação e organização social a partir de símbolos e representações. O conjunto das representações elaboradas pela sociedade forma o que entendemos por imaginário social. Segundo Le Goff, o imaginário social pertence ao campo da representação, é apenas uma facção do seu território, na medida em que traduz uma realidade exterior percebida, ao mesmo tempo em que se trata de uma forma de representação que alimenta o homem e o faz agir. Para Le Goff, o que o homem considera realidade é fruto do próprio imaginário, ou seja, é instituído imaginariamente. Cf. Le Goff, 1994. Pesavento (2005, p. 04) também conceitua o termo imaginário “como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”, realidade ao que os circunda. O universo do imaginário é composto por “imagens, símbolos, mitos e visões de mundo” e se relaciona diretamente com as questões sociais e políticas de uma época.

⁴ Sobre o imaginário anticomunista, ver os trabalhos de Cavalcante Neto (2006) e Motta (2002).

páginas, uma mensagem produzida pela Rádio do Vaticano afirmando que “o marxismo e sua expressão política, o comunismo, são inadmissíveis tanto para o cristianismo quanto para a humanidade livre e consciente”. Nas linhas que seguem, o Vaticano define o “marxismo como a antítese do cristianismo”.

Na coluna “Por esse mundo além”, o jornalista Antônio Barroso Pontes denunciava o estado de “cáos, de angústia, de sacrifício e desespero” (Ibdem, 15 jan. 1963, p. 04) do povo brasileiro, em virtude do governo “inoperante, confuso e desajustado” e agora se cumpre o temor “de que Jango se transformasse no coveiro do Brasil”. As mazelas serão curadas pelo salvador da pátria! Mas nossas experiências com salvadores ainda doem – Temos o caso recente de Vargas. Então, “suplica-se” para que as forças armadas intervenham, no dizer de Assis Chateaubriand, “Todo o poder ao glorioso exército do Brasil” (Ibdem, 11 Abr. 1964, p. 05).

O golpe estava em marcha! Mas, para isso, o terreno teve que ser preparado. Instalou-se, por parte da ala conservadora, um clima de medo e tensão no país e imbricou-se a imagem do presidente a esse mal, ou seja, o comunismo. Sexta-feira, treze de março de 1964, o Presidente João Goulart realizou o comício da Central do Brasil, em defesa das reformas de base, e firmou sua posição a favor da ala nacionalista do país. Houve um recrudescimento da política nacional, com a ala conservadora reagindo ao comício, por meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo, com a participação de meio milhão de pessoas, ou através das conspirações encabeçadas pelo Exército e por políticos descontentes com o governo, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto, governadores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, respectivamente.

No Planalto da Borborema, o Prefeito Newton Rique manteve sua posição de apoio ao Presidente João Goulart, parabenizando-o pelo comício de reformas e por sua “corajosa e oportuna mensagem à Nação brasileira”. No telegrama, o Prefeito firmava seu apoio à “vigorosa liderança” do Presidente e sua certeza de que, “no futuro próximo, teremos progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade” (*Diário da Borborema*, 15 Mar. 1964, p. 05).

Do clima de tensão às incertezas! Na tentativa de noticiar o evento, o periódico buscava traduzir em palavras as marchas, os discursos e as ações desencadeadas no sul do país. As análises políticas foram substituídas por descrições densas dos fatos, pois,

mesmo “entre os militares golpistas, não havia planos de poder”⁵. No dia 02 de abril, a tomada do poder estava consolidada. Segundo o *Diário da Borborema*, apenas **“BRASÍLIA E PÔRTO ALEGRE CONTINUAM A SER OS ÚLTIMOS REDULTOS DA ERA JANGUISTA”**. O cargo de presidente fora declarado vago pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, e O STF empossou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, na Presidência da República.

Para o *Diário da Borborema*, o golpe civil-militar foi a defesa da lei e da ordem e representou a salvação do Brasil diante do perigo comunista. Segundo Nóbrega (1994, p. 143 – 144), a Rede de Diários e Emissora Associados, chefiada por Assis Chateaubriand, da qual o *Diário da Borborema* fazia parte, fez uma cerrada campanha golpista, de acordo com o autor, por causa da recusa de Goulart em zerar o déficit da cadeia associada ao banco do Brasil, à Previdência e a outras instituições federais. Esse fato não sintetiza o apoio dado ao golpe em solo campinense. João Jerônimo (2013⁶) afirma que o golpe de 31 de março de 1964 teve “o apoio das classes conservadoras, do comércio e da indústria de Campina Grande, nós apoiamos integralmente”.

O apoio do *Diário da Borborema* não ficou restrito às manchetes e aos discursos nas páginas do jornal, foi além, “tomou para si a tarefa de conclamar a população para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (*Diário da Borborema*, 11 abr. 1964, p. 07). Diferentemente da marcha ocorrida em São Paulo, motivada pela oposição à política populista e ao comunismo, em solo campinense, assim como ocorria em outras cidades, a marcha visava demonstrar o apoio ao golpe militar de março.

A marcha, cuja concentração foi no açude velho, foi iniciada às quatro horas da tarde e percorreu as Ruas João Tavares, Desembargador Trindade, a Praça Coronel Antônio Pessoa e a Rua Irineu Joffily e terminou na Praça da Bandeira, onde se faziam orações e discursos. A população foi convocada a comparecer às ruas no dia 30 de maio, em “regozijo pela vitória das forças democráticas que conseguiram expurgar do país todos os focos de infiltração comunista” (*Diário da Borborema*, 30 maio, 1964, p. 01).

⁵ FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. In: *O golpe: Militares e civis na trama de 1964*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 07, nº 83, agosto 2012.

⁶ Entrevista concedida ao autor - 29 jun. 2013.

IMAGEM I
MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE EM CAMPINA GRANDE (1964)



Fonte: *Diário da Borborema*, 31 maio, 1964, p. 01.

Acompanharam a marcha alguns colégios da cidade, como ilustrado na imagem à esquerda, bem como a guarnição federal e uma multidão que corria as ruas da cidade “em repúdio ao comunismo e em apoio à revolução de 1964” (*Diário da Borborema*, 30 maio, 1964, p. 01). Em meio às “orações pela paz generalizada, ao amor mútuo, ao altruísmo absoluto e à honestidade”, a população gritava palavras de ordem e “de alegria pelo expurgo da ideologia malsã, anti cristã e que só trazia males ao país”. (Ibdem)

O enfoque dado à participação dos jovens, nas imagens abaixo, cria uma identificação entre a juventude e o futuro que, na leitura do jornal, “está a salvo e será promissor a partir da revolução democrática de 1964” (Ibdem, 31 maio, 1964, p. 01).

Além da multidão de anônimos que “demonstrava seu repúdio ao processo de comunização do país e seu apoio a Revolução de 31 de março” se faziam presentes no palanque armado na Praça da Bandeira “autoridades civis e militares e representantes de entidades de classe”. Após os oradores, as “bandas de música continuaram a cena festiva”. Nesse cenário, interessam-nos os próximos passos do movimento que o criador batizou de “Revolução Democrática”.

Desde os primeiros dias, os militares passaram a *cassar e a caçar*, parafraseando Hélio Zenaide (1994, p. 77). Segundo o autor, “ser caçado, para muitos, era a morte física; ser cassado, para todos, foi a morte política, a morte da cidadania”. As palavras caçar e cassar existem na língua portuguesa e na vida política. Porém, seus significados são diferentes, e elas devem ser usadas em situações diferentes. Caçar é um verbo que significa o ato de perseguir e capturar animais e de procurar para prender. No mundo político, principalmente entre as ditaduras, é um ato macabro, cujos alvos são seres humanos, geralmente os “desviados” da ordem vigente. Cassar significa anular, invalidar, impedir que alguma coisa aconteça. Em plena ditadura militar, seria o ato de anular mandatos de indivíduos escolhidos democraticamente pelo povo.

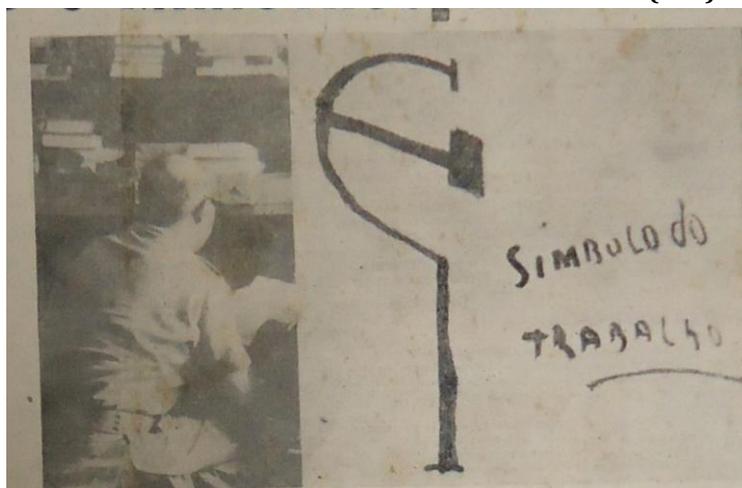
No caso campinense, analisaremos dois fatos ocorridos após a tomada do poder pelos militares: a caça e a repressão ao Centro Estudantil Campinense (CEC) e a cassação do Prefeito municipal Newton Rique. Na manhã do dia 01 de abril, o golpe foi discutido nos diversos setores da sociedade. Esse era um assunto comentado e especulado. Os militares foram às ruas desde as primeiras horas para perseguir e prender os líderes populares. Assim, iniciou-se o processo de desagregação e desmobilização dos grupos de esquerda.

Em Campina Grande, segundo depoimento de Simão de Almeida⁷ a Jonas Batista (1994, p. 340),

onde hoje fica o Café São Braz, as pessoas se concentravam ali e as patrulhas do exército vinham recolhendo as que eram indicadas para a prisão. Foram presos muitos estudantes, professores, padres, que eram inquiridos pelo exército. Eram fichadas e apenas os mais visados permaneciam presos. A grande maioria era solta imediatamente.

A máquina repressiva estava nas ruas da cidade e foi à caça dos órgãos e dos indivíduos considerados subversivos. Cabe ressaltar a invasão dos militares ao Centro Estudantil Campinense. O clima era hostil para a classe estudantil, alvo de vigilância do poder instituído, uma vez que era nas escolas e nas universidades que se concentrava um grande número de membros da esquerda que lutavam pelas reformas de base. De acordo com o *Diário da Borborema* (10 Abr. 1964, p. 01), um contingente do Batalhão dos Serviços de Engenharia, sediado em Campina Grande, realizou uma diligência na sede do Centro Estudantil Campinense.

IMAGEM II
INVASÃO DO CENTRO ESTUDANTIL CAMPINENSE (CEC)



Fonte: *Diário da Borborema* (10 abr. 1964, p. 01)

Durante a invasão do Centro Estudantil Campinense (CEC), foram encontrados “ofícios assinados pelos seus dirigentes à União Nacional dos Estudantes, ao Comando Geral dos Trabalhadores e ao jornal comunista “Novos Rumos”. Essas correspondências mostram o grau de atuação do CEC nos órgãos de esquerda de destaque no cenário

⁷ No período do golpe civil-militar, Simão Almeida estudava Engenharia na Politécnica de Campina Grande. Participou do movimento estudantil na cidade, foi detido, fichado e liberado. Em 1969, foi preso em Recife e caiu na clandestinidade. Participou do grupo de apoio à guerrilha do Araguaia.

nacional. Além dos escritórios, os soldados do Batalhão dos Serviços de Engenharia encontraram “na biblioteca vários livros de Karl Marx que ensinavam aos estudantes como trair a pátria” (*Diário da Borborema*, 10 Abr. 1964, p. 01).

Devido ao clima de tensão e às perseguições, os membros do CEC “destruíram todos os arquivos, com os nomes dos integrantes do centro, ateando fogo nas fichas e em outros documentos”. Com esse ato de resistência, os diretores do CEC, provavelmente, impediram mais perseguições e outras caçadas aos seus filiados. Os ex-diretores “Darlan Nóbrega, Cláudio Américo Pôrto, Jurandir Alcântara, José Roberto França, Abdias Vilar de Carvalho e Marconi Arruda” foram acusados de serem seguidores do Partido Comunista do Brasil e nomeados publicamente como inimigos da pátria.

Nos documentos do CEC, consta que alguns membros “mantinham comunicação com Cuba e com Fidel Castro” (Ibidem), mas o conteúdo das cartas continuaria em segredo, segundo ordens do IV Exército. Exageros? As conjecturas apontam para a improbabilidade da acusação, mas as fontes nos restringem a apontar possibilidades.

Na imagem II, “invasão ao Centro Estudantil Campinense”, vemos um soldado analisando o material da biblioteca do órgão; ao lado, na parte direita da montagem produzida pelo jornal, vemos um dos símbolos do comunismo: a foice e o martelo⁸. Esse emblema estava pintado numa das paredes do CEC, com a descrição do mesmo “Símbolo do Trabalho”.

O *Diário da Borborema* divulgava os destinos da “Revolução Democrática” e as prisões que ocorriam de norte a sul do país. Segundo a manchete do dia 10 de abril de 1964, ADEPTOS DO EX-PRESIDENTE VÃO “JANGAR” NO ATLÂNTICO: 4 MIL COMUNISTAS PRESOS” – as cadeias não comportavam o número excessivo de presos, por isso, “as autoridades navais requisitaram o transatlântico, Princesa Leopoldina, para nele despejar os prisioneiros. A caça aos comunistas, adeptos do ex-presidente João Goulart, estava aberta. O termo “jangan”, empregado na manchete, satiriza o jingle de campanha de João Goulart nas eleições para vice-presidente em 1961:

⁸ A foice e o martelo são um símbolo do movimento comunista. O desenho apresenta uma foice sobreposta a um martelo, de forma que pareçam cruzados ou entrelaçados. As duas ferramentas simbolizam, respectivamente, o proletariado industrial e o campesinato — as duas classes cuja aliança é considerada fundamental pelos marxistas-leninistas para o triunfo da revolução socialista. O emblema é mais conhecido por ter sido incorporado à bandeira vermelha da União Soviética, bem como a cada uma de suas repúblicas constituintes, junto com a Estrela Vermelha.

“Na hora de votar
O meu Brasil vai jangar:
É Jango, é Jango, é o Jango Goulart.
Pra vice-presidente,
Nossa gente vai jangar
É Jango, Jango, é o João Goulart”
(<http://www.franklinmartins.com.br>)

Jangar no Atlântico, presos a bordo do ‘Princesa Leopoldina,’ para os presos e Jangar no terreno político, pois os novos donos do poder, além de caçar, cassaram. Os militares organizaram e puseram em ação a chamada “Operação Limpeza”, cujo objetivo era de punir todos os cidadãos que tivessem vínculos políticos com o governo deposto de Jango ou que passaram a fazer parte dos movimentos de oposição ao novo regime e na área política, deflagrou centenas de cassações, de mandatos de parlamentares, prefeitos e governadores e a suspensão dos seus direitos políticos.

A fim de formalizar as ações repressivas, os militares instituíram os Atos Institucionais (AI), que foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil. Foram editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Essas normas estavam acima de todas as outras e até mesmo da Constituição.

“Em nome da revolução gloriosa”, foram redigidos os atos institucionais (Ais), que foram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extraconstitucionais. Na verdade, os Atos Institucionais eram um mecanismo para manter na legalidade o domínio dos militares.

No décimo artigo do Ato institucional I, previa-se que,

no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

(<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>)

Até maio, os cassados chegaram a 441, entre eles, Juscelino, Jânio e Jango; 55 congressistas, sobretudo do PTB, diplomatas, militares, sindicalistas e intelectuais. Há

2.985 funcionários civis e 2.757 militares demitidos ou forçados à aposentadoria. A Linha Dura elaborou uma lista com cinco mil "inimigos da pátria".

Em Campina Grande, depois das primeiras listas de cassação, surgiam os rumores de que o nome do atual prefeito, Newton Rique, estaria na mira dos militares. Com a multiplicação do número de “pelegos” cassados, a oposição esperava que os militares cassassem Newton Rique por seus vínculos estreitos com o ex-presidente João Goulart e com Leonel Brizola.

Além do telegrama de apoio a Jango pelo comício das reformas, já detalhado antes, o Prefeito Newton Rique esteve, em 1963, “para ser nomeado ministro da fazenda” (Sylvestre, 1988, p. 514). Era presidente do Diretório Municipal do PTB, partido de Jango e de Brizola, e participou do governo como diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Diante das pressões oriundas da oposição - leia-se, Vital do Rêgo, o deputado federal, Milton Cabral e Edvaldo do Ó, segundo o depoimento de João Jerônimo (2013) - algumas medidas foram tomadas para proteger o mandato e os direitos políticos de Newton Rique. Pressentindo o perigo eminente de cassação pelo novo governo, os amigos e membros do grupo político do prefeito sugeriram que a cassação fosse dirigida pela Câmara Municipal. A propositura visava preservar seus direitos políticos, já que a cassação pelos meios militares o retiraria da cena política por dez anos. A proposta foi rejeitada.

Num segundo momento, Newton Rique, acompanhado do pai, João Rique, foi a Recife encontrar o General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, para pedir a manutenção do seu mandato e tentar impedir a trama política que estava em curso. Seu objetivo era de cassar seu mandato.

A última lista de cassações tinha data para sair: 14 de junho. A expectativa tomou conta do círculo newtista, pois se aguardava que o nome do prefeito não constasse na lista. As emissoras de rádio divulgavam os nomes, entre os quais estava o do preito de Campina Grande, Newton Rique. Foi produzido um Inquérito Policial Militar, que chegou às mãos do Presidente Castelo Branco, denunciando a origem política de Newton Rique, pois, além de ser eleito pelo PTB, mantinha laços de amizade com o ex-Presidente João Goulart e com o *inimigo da democracia*, Leonel Brizola.

Pesava contra o prefeito, segundo o Coronel Otávio Ferreira de Queiroz, o fato de ele ter sido apoiado pelos esquerdistas nas eleições municipais de 1963, que reunia

alguns membros do “ilegal Partido Comunista, tais como os senhores Antônio Figueiredo Agra, Oliveiros Cavalcante e Oliveira, José Pereira dos Santos (o Peba), Manoel Monteiro da Silva e Uziel Vale” (*Diário da Borborema*, 14 de ago. 1964, p. 01). Acrescenta-se a figura de Williams Arruda, seu vice, que saía das fileiras da Frente Popular Campinense, uma organização de esquerda.

A acusação mais inusitada que constava no Inquérito Policial Militar dava conta de que “Newton havia adquirido armas na Bahia para formar em Campina uma resistência contra a revolução e que, na prefeitura, foram encontradas dezenas de metralhadoras” (Ibdem, 19 de jul. 1964, p.8). Essas armas estavam escondidas na Prefeitura Municipal, em seu gabinete.

O cargo de *Prefeito Centenário* estava vago. Assim, o vice, Williams Arruda, por lei, deveria assumir a chefia do executivo campinense. Porém, duas forças convergiram para impedi-lo: primeiro, o grupo Newtista, que via em Williams Arruda um dos “conspiradores”, um dos que pediram a cabeça de Newton Rique aos chefes militares, não que ele tivesse esse poder, mas o grupo que o apoiava: Severino Cabral, Vital do Rêgo, enfim, opositores de Newton Rique, que viam na posse de Williams Arruda uma oportunidade de chegar ao poder municipal; segundo, sob a ótica de João Jerônimo, “o Exército não tolerava a cobertura que a esquerda dava a Williams⁹”. O processo foi rápido. “Na mesma noite da cassação de Newton, o Coronel Queiroz me chamou em casa, me exigiu que reunisse a Câmara, de noite, para cassar Williams Arruda”. Nessa época, João Jerônimo era o presidente da Câmara. O teatro do poder campinense encena seu drama.

Seguindo uma resolução redigida pelo comandante local do Batalhão do Exército, seriam realizadas eleições indiretas para os cargos de prefeito e vice-prefeito de Campina Grande. À Câmara de Vereadores caberia eleger os novos administradores. Nas coxias da política, o Coronel Octávio Queiroz notificou a João Jerônimo: “Você é o nosso homem para ser o prefeito de Campina Grande”.

Segundo João Jerônimo, surgiram duas candidaturas: a dele, referendada pelos militares, e a do vereador Pedro Cordeiro, lançado por Raymundo Asfora: em votação aberta, Pedro teve três votos, e João Jerônimo, onze. Faltava um voto, o do presidente, então, João Jerônimo foi à tribuna e votou em branco (Ata da Câmara dos Vereadores, 15 de jun. de 1964).

⁹ Entrevista concedida ao autor em 29 jun. 2013

A Câmara referendou a escolha e fez João Jerônimo da Costa prefeito de Campina Grande, e para o cargo de vice-prefeito, o também vereador, Noaldo Dantas. Nas coxias do teatro do poder, escolhem-se nomes e projetos; no palco político, no caso em tela, a Câmara Municipal, legitimam-se a trama e o roteiro imposto.

IMAGEM III
POSSE DE JOÃO JERÔNIMO COMO PREFEITO DE CAMPINA GRANDE



Fonte: Arquivo pessoal de João Jerônimo da Costa

Essa fotografia foi fornecida pelo Sr. João Jerônimo da Costa, em sua residência, no Bairro do Mirante, em Campina Grande. Estava carcomida pelas traças, em seu álbum de recordação. Infelizmente, a fotografia não nos deixa qualquer pista sobre a autoria do fotógrafo. Foi captado o exato instante em que João Jerônimo assinou o termo de posse como novo prefeito de Campina Grande, amparado, em seu lado esquerdo, pelo vice, de terno escuro, Noaldo Dantas e, à direita, pelo Coronel Octávio de Queiroz, cuja presença era uma mensagem aos demais presentes sobre a legitimidade da posse. Ao lado do coronel, um aparelho transmissor ecoava, em tempo real, a posse do novo prefeito, esperando a oportunidade de ouvir as primeiras palavras de João Jerônimo na chefia do executivo campinense.

Mas, por que a escolha dos chefes militares recaiu sobre João Jerônimo? Primeiro, por causa do cargo que ocupava: a presidência da Câmara dos Vereadores, pois, na ausência do prefeito e do vice, o presidente do Legislativo deveria assumir a chefia do Executivo municipal; segundo, como afirma o próprio João Jerônimo, “por ser o único ex-militar que nós (o Exército) temos aqui dentro (da Câmara) e por fim, pelos meus laços de amizade e confiança que tinha com o Coronel Queiroz”.

No momento da posse, o novo vice-prefeito, Noaldo Dantas, reiterou o apoio a Newton Rique e, no momento conturbado, alterou a ordem do discurso ao se dirigir “às autoridades militares e civis”, quando o comum era referir-se “aos civis e militares”, eram sinais que um novo momento estava em curso no Brasil e em Campina Grande.

No dia 15 de junho, aos microfones da Rádio Borborema, o recém-cassado Prefeito Newton Rique discursou e se despediu do povo campinense:

Campinenses amigos,
Ontem, às 22:30 horas [...] fui surpreendido com telefonemas de amigos que informavam acabarem de ouvir a inclusão do meu nome na lista de cassação de mandatos e direitos políticos, criada pelo ato institucional. [...] Sim, campinenses, os meus inimigos, que são, sinceramente, os vossos inimigos, conseguiram, afinal, um resultado para as suas maquinações, as suas tramas, as suas intrigas, as suas traições [...] (*Diário da Borborema*, 16 Jun, 1964, p. 01).

Alguns momentos do discurso de Newton Rique são reveladores do momento vivido em Campina Grande: o sentimento de surpresa que expressou em suas palavras iniciais, que pretendia retirar de si qualquer motivação e/ou ação que justificasse sua saída; num segundo momento, acusa as pessoas responsáveis por sua cassação de inimigos do povo, pois eram, “sinceramente, os vossos inimigos”. O discurso pausado e o tom de voz revelam o forte sentimento do prefeito, impedido, depois de seis meses no poder, de concluir o seu projeto político. Newton Rique deixou a cidade com destino à Guanabara.

Após as ações urgentes, na tentativa de evitar a tomada do poder pelos inimigos do Prefeito Newton Rique, os membros do seu grupo político tentavam convencer os militares a revogarem a cassação do prefeito. Os discursos eram moderados e falava-se em “equivoco da Revolução”, pois “Newton não era nenhum agente da subversão, não era nenhum corrupto, nem nenhum corruptor para merecer esse castigo da revolução” (*Diário da Borborema*, 17 Jun. 1964, p. 04).

Na Câmara Municipal de Campina Grande, em meio aos discursos apologéticos à “Revolução Democrática”, os vereadores enviaram um telegrama a Brasília, endereçado ao Presidente Humberto Castelo Branco, pedindo a revogação da cassação de Newton Rique:

Os signatários vg integrantes da maioria Câmara Vereadores Campina Grande vg rogam vossa excelência que se digne de aceitar seu testemunho da condição democrática et de horado administrador do doutor Newton Rique vg cujo mandato prefeito acaba ser cassado pt estamos todos fieis espirito et linhas ação revolução vg pelo lamentamos mesma haja atingido quem vg apenas seis meses governo vg com idealismo et trabalhismo vg reunia solidariedade maciça povo campinense.

Câmara Municipal de Campina Grande, “Casa de Félix Araújo”, 18, Jun. 1964.

No telegrama, os vereadores reiteram seu alinhamento com a “revolução” e com o novo governo, mas, assim como o povo campinense, desejavam a volta de Newton Rique, por entender que ele não merecia a pena e pela administração fecunda que o prefeito estava desenvolvendo.

As mensagens se multiplicaram. O grupo newtista reuniu a elite local para manifestar seu apoio ao prefeito cassado, através de telegramas endereçados ao presidente da República: a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, o Treze Futebol Clube, a Sociedade Médica, a Comissão Cultural do Centenário e a Igreja Católica, na figura do Bispo D. Manuel Pereira da Costa. O Lions e o Rotary Clube encabeçam o movimento. Entendemos que o grupo newtista tentou vincular a imagem do prefeito aos grupos que apoiaram o golpe, ou seja, a média burguesia e o empresariado. A Comissão Pró-Newton, como foi chamada, apesar dos esforços, não conseguiu o êxito esperado. A cassação do prefeito foi mantida.

Há quatro meses da festa dos cem anos de Campina Grande, tinha-se um novo prefeito, João Jerônimo da Costa, mas esse imbróglio continuaria, dessa vez, nos salões da Justiça, pois Willians Arruda, impedido de assumir o Executivo municipal pela Câmara dos Vereadores recorreria à Justiça para tentar reaver seu mandato.

No dia 29 de setembro de 1964, há menos de 15 dias da festa do centenário, o Juiz Joaquim Sérgio Madruga concedeu uma liminar favorável a Willians Arruda, contrária ao “impeachment” imposto pelos vereadores. Essa decisão contrariava o poder militar em Campina Grande e conduzia ao poder um “inimigo da pátria”.

Pretendemos problematizar os motivos que geraram a cassação de Newton Rique e o “impeachment” de Willians Arruda. As questões políticas, não apenas no plano ideológico que envolveu o golpe, foram motivadoras desse processo em Campina

Grande, pois o grupo derrotado na eleição municipal de 1963, Vital do Rêgo, o ex-prefeito Severino Cabral e o vice-prefeito eleito, Willians Arruda, estavam alijados da administração pública, centralizada nas mãos de Newton Rique. Por essa razão, utilizaram-se do conchavo com os militares para conquistar o poder, através de denúncias caluniosas e de intrigas. A única acusação pertinente contra Newton Rique era sua aliança com Jango e com Brizola. Empregando os mesmos artifícios, o grupo Newtista se aliou aos militares, nesse caso, ao coronel Octávio Queiroz, e impediu a posse do grupo opositorista.

O jogo das cadeiras, no Executivo municipal campinense, foi regido pela aproximação e pela aliança com os novos donos do poder, nesse caso, os militares golpistas. Nesse jogo político, os militares empreenderam a prática do canibalismo, que consistia em caçar e cassar seus inimigos, os “subversivos”, os “traidores da pátria”, alimentando-se da carne, do sangue e dos mandatos daqueles que ousaram não apoiar a “revolução democrática de 31 de março de 1964”.

Como artífice da casa de Clio, procuramos trazer algumas contribuições para o debate que ronda a nova história política e lançar novos olhares e leituras sobre o golpe civil-militar em Campina Grande. Que outro discípulo de Clio lance novas leituras e possibilidades de se analisar o golpe civil-militar na cidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joabe B. *Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960 – 1964)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

AARÃO REIS FILHO, D. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. v. 1. 84p.

BATISTA, Jonas. Simão Almeida: o golpe chega a Campina Grande. In: MELLO. José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. *O jogo da Verdade: revolução de 64 - 30 anos depois*. Editora: A União, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. *O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)*. Dissertação Mestrado

Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

CITTADINO, Monique. *Poder Local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)*. Bauru: Edusc, 2006.

_____. *Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Ed. Univ./Idéia, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glauco Ary Dillon e CASTRO, Celso (intr. e org.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge. O Governo João Goulart e o Golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*. (Orgs.) Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Não à guerra civil. In: *O golpe: militares e civis na trama de 1964*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano. 07, nº 83, agosto 2012. <http://www.franklinmartins.com.br><http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Portugal: Editorial Presença, 1994.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

NÓBREGA, Evandro. Algo do que a Imprensa viu [não viu!] entre o pré-golpe de 64 e o ano de 68. In: MELLO, José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. *O jogo da verdade: revolução de 64 - 30 anos depois*. Editora: A União, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: _____ (org.). *1964 – Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ZENAIDE, Hélio. De como os militares passaram a cassar e caçar. In: MELLO, José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. *O jogo da verdade: Revolução de 64 - 30 anos depois*. Editora: A União, 1994.

FONTES CONSULTADAS

ARQUIVO PESSOAL DE JOÃO JERÔNIMO DA COSTA

Álbum pessoal de João Jerônimo da Costa

ARQUIVO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE CAMPINA GRANDE – CASA FÉLIX ARAÚJO

Ata da Câmara Félix Araújo (1961 – 1964)

ARQUIVO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

Jornal O Diário da Borborema (1961 – 1965)

RELATOS ORAIS

João Jerônimo da Costa - entrevista concedida ao autor em 26 de jun. de 2013.